



Discurso ambientalista nas cooperativas do antropoceno¹
Environmentalist discourse in anthropocene cooperatives

José Luiz Aidar Prado

Vinicius Prates

Pedro Henrique Candido

Palavras-chave: Cooperativas; Discurso de sustentabilidade; Contratos Comunicacionais.

Introdução

O Antropoceno é a época que demarca uma inversão, em que a natureza, antes lugar para além do limite da atividade humana, desaparece no horizonte do sistema de produção e consumo, desdobrando uma crise sem precedentes, potencialmente letal para o conjunto da humanidade. A partir desta percepção, emergem diferentes alinhamentos ideológicos que buscam dar conta da sintomatologia derivada do mal-estar ambiental. Abordamos nesse texto a questão das cooperativas, buscando examinar essa forma de organização que é de certa forma periférica no capitalismo contemporâneo, enfocando como elas lidam com a questão ambiental. Após análise, concluímos que há duas formas de produção discursiva: a) parte das cooperativas se alinha ao ecologismo reformista, num assujeitamento liso à reprodução da máquina midiática; b) os

¹ Trabalho apresentado ao VI Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS.



enunciados de outra parcela do cooperativismo demarcam uma diferença em relação à forma-empresa global, enfatizando a vocação coletivista, coadunada a biomas relacionados a arranjos produtivos específicos. Para isso, produzimos uma breve revisão bibliográfica do tema do Antropoceno a partir de teorias discursivas pós-estruturalistas contemporâneas e estudamos os sentidos postos pelos enunciadores de cooperativas na medida em que recorrem ao discurso da sustentabilidade no ambiente midiático do capitalismo comunicacional, construindo interpelações para a construção de tais discursos. Por meio da análise discursiva e dos contratos comunicacionais de algumas cooperativas buscamos responder à seguinte questão: como os enunciadores -- a partir dos principais enunciados e pontos nodais desses contratos -- se posicionam para se situar no âmbito das posturas que disputam os sentidos ambientais? E haveria um horizonte para as cooperativas que chamamos de acontecimentais?

Apresentando a questão da pesquisa:

Em julho de 2023 a comunidade internacional focou atenção em um pequeno lago canadense de 24 metros de profundidade, cercado por bosques; trata-se do lago Crawford, que é o candidato a marcar, a partir de agosto de 2024 a época geológica do Antropoceno, de maneira oficial, segundo o reconhecimento do *Anthropocene Working Group*, sediado na *International Commission on Stratigraphy*. O Crawford pareceu aos geólogos um local privilegiado para demarcar de maneira assertiva um evento, o fim dos 11.700 anos de um ambiente global estável em que toda a civilização humana se desenvolveu e o início de uma nova era, dominada pelas atividades humanas. Ele mantém vestígios de épocas geológicas passadas, mas demonstra também em um período bem recente a brutalidade da atividade humana, preservando, como uma espécie de memória catastrófica, vestígios de plutônio provenientes dos testes de armas nucleares dos anos 1950 e partículas da queima de combustíveis fósseis.



Se, de fato, como se espera, o Antropoceno for declarado como nossa época geológica, marcada a partir do início da Revolução Industrial, este será o fim de uma polêmica que persiste desde pelo menos o ano 2000, quando um artigo coassinado por Paul Crutzes, ganhador do Prêmio Nobel de Química, lançou o termo, que rapidamente ganhou projeção nos meios ambientalistas, e posteriormente nas máquinas midiáticas e nas redes sociotécnicas online (Crutzes; Soermer, 2000). O Antropoceno é a era que demarca uma inversão (AUTOR, 2020), na qual a natureza, antes lugar para além do limite da atividade humana, desaparece no horizonte do sistema de produção e consumo. A partir da percepção de que uma crise sem precedentes, potencialmente letal para o conjunto da humanidade, está instaurada no centro do vitorioso e pervasivo capitalismo comunicacional (AUTORES, 2017), emergem diferentes alinhamentos ideológicos que buscam dar conta da sintomatologia derivada do mal-estar ambiental.

Esta, de acordo com a descrição de AUTOR (2020), dentre outros, pode ser qualificada em três vertentes: ecologismo profundo, ecologismo radical e ecologismo reformista. Resumidamente, o ecologismo profundo é aquele que compartilha seus sentidos com um campo discursivo mítico-religioso, e que se aproxima da natureza a partir de critérios éticos e estéticos, emprestando a ela caráter sagrado; o ecologismo radical (no sentido etimológico do termo, que busca “cortar o mal pela raiz”) enfatiza o aspecto político: denuncia e combate às ações ofensivas à natureza como provenientes de um sistema econômico perverso; o ecologismo reformista assume as angústias da crise ambiental, mas, interessado na perspectiva dos negócios, entende que a melhor maneira evitar seu agravamento é modificando os aspectos mais danosos do capitalismo sem subverter suas estruturas.

Ao abordar a questão das cooperativas, buscamos responder, por meio de uma forma de organização que é de certa forma periférica no capitalismo contemporâneo, como elas lidam com uma questão que se tornou central nesse sistema. Tais são nossas hipóteses: a) as cooperativas se colocam em modo de simples assujeitamento liso diante



Anais de Resumos Expandidos

VI Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 6 (2024)

da máquina midiática, cujas premissas estão ancoradas no ecologismo reformista, e neste caso, o discurso ambientalista estaria convocado a alinhar a cooperativa às estratégias comunicacionais da grande empresa capitalista privada, minorando as diferenças entre as duas formas de organização, indicando, assim, a completa colonização da forma-empresa sobre formas produtivas alternativas; b) trata-se no caso das cooperativas de uma produção discursiva estriada, cujas diferenças são marcadas em relação à forma-empresa global, situação na qual os enunciadores enfatizam questões como as da vocação coletivista do sistema cooperativo e de sua inserção coadunada a biomas específicos com os quais se relacionam os arranjos produtivos específicos. No caso das cooperativas ligadas ao MST trata-se de investigar se haveria uma especificidade nesse tipo de ecologismo.

Que cooperativas?

No site do IBGE, uma consulta ao censo agropecuário nos informa que dentro de uma área total de 351,3 milhões de hectares ocupados por 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários, há 1090 cooperativas, ocupando 529 mil hectares (1,45 %), diante de 244 milhões de hectares dos produtores individuais, com 3,7 milhões de estabelecimentos. Tais números indicam que ainda há muito que focar em termos de organização em cooperativa.

Além de servirem como vetores da distribuição de renda e direção para que um número maior de empreendedores se adeque ao contexto competitivo dos mercados globalizados, diversas cooperativas vêm atualizando suas técnicas de governança e de comunicação com seus stakeholders, bem como investindo em tecnologias que favoreçam a preservação ambiental e em recursos para amplificação de seu posicionamento sustentável. Atentos a sua sucessão patrimonial familiar e com mais



conhecimento disponível, o cooperado médio busca “condições de ser um zelador vigilante e ativo na defesa do meio ambiente e da relação equilibrada e sustentável com a mãe natureza” (SCHNEIDER, 2015, p. 103). Mas será que a natureza ainda é "mãe"? Em contexto de antropoceno, em que tudo é cultura e em que a preservação do meio ambiente se exige ao lado da atenção à redução da pobreza e das desigualdades, acentuadas pela pandemia do Covid-19, a construção de um discurso ambiental, social e de governança mais sustentáveis se tornam ativos de diferenciação mercadológica e produtiva de cooperativas. As cooperativas agropecuárias não são a panacéia ambiental que resolverá a potência destrutiva do realismo capitalismo (FISHER, 2009), mas para os produtores esse tipo de engajamento se justifica como forma eficaz de organização econômica e social num contexto global de antropoceno e neoliberalismo hard. No caso do MST em que a reforma agrária se tornou uma meta muito longínqua mesmo sob os governos do PT, diante de um presidencialismo em que o Congresso dificulta reformas sociais e de costumes, por ser predominantemente conservador, o investimento no trabalho em agroecologia cooperativa se tornou uma práxis cotidiana de milhões de microprodutores sem-terra em busca de justiça social e transformação agroecológica.

Para este artigo definiu-se a análise da comunicação digital, por um lado, de cinco cooperativas das regiões Sul e Nordeste, notoriamente de atividades agropecuárias e diferentes tamanhos e, de outro, das cooperativas do MST em torno da agroecologia. Desta forma, se faz possível comparar, para compreender diferenças e/ou similaridades nos discursos dessas cooperativas, em que se busca uma das três vias: 1) operar com o discurso ambiental reformista, pautado pela eficiência, apresentado como tecnológico e modernizador; 2) mimetizar tal discurso ou 3) operar com o discurso agroecológico, que chamaremos acontecimental, conforme será definido adiante. Examinaremos em cada caso se tais discursos se fazem mais próximos do discurso do ecologismo profundo, pautado pelo discurso da natureza intocada, ou do discurso do ecologismo radical, no qual justiça social e equidade se colocam como mais relevantes para seu



posicionamento. No caso do discurso agroecológico trata-se de verificar como ele opera em relação aos discursos ambientalistas.

Antes de passarmos aos casos, entretanto, precisamos explicitar o que entendemos por agroecologia acontecimental. Segundo Alain Badiou o acontecimento se diferencia da mudança normal em um mundo. O que importa em Badiou é como uma verdade subverte a lógica de um mundo ao transformar as normas que regulam a maneira pela qual as coisas aparecem — o modo pelo qual diferentes elementos de um mundo aparecem como mais ou menos discerníveis ou intensos. Badiou (2008, p. 415) pensa um mundo como a soma de suas modificações. Os acontecimentos, como as verdades, são ocorrências excepcionais. Ele distingue:

- - uma modificação normal - o modo ordinário pelo qual os objetos de um mundo aparecem
- um fato - uma novidade genuína, mas insignificante
- uma singularidade - uma novidade que aparece intensamente, mas tem poucas consequências
- - um acontecimento - uma singularidade cujas consequências aparecem poderosa e intensamente. O acontecimento é o início de um processo que permite uma total reavaliação das avaliações transcendentais que governam o modo pelo qual as coisas aparecem em um mundo. Ele aciona um processo através do qual aquilo que antes aparecia como nada passa a aparecer como tudo.

Agroecologia acontecimental se refere nesse texto a um processo em que agricultura e ecologia operam conjuntamente a fim de produzir consequências ambientais e de justiça social que sejam cooperativas e não apenas lucrativas. Nesse sentido a agroecologia acontecimental deve ser pensada não numa ótica reformista ou sob o ecologismo profundo estrito, mas de ecologismo radical.

Referências



Anais de Resumos Expandidos

VI Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 6 (2024)

AUTOR, 2020

ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda Peres. **O MST e a agroecologia**: entre a autonomia e a subalternidade. Revista katálysis 24(3), 2021.

_____. Cooperativas são atores chave no desenvolvimento sustentável. 20/10/2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/155502-cooperativas-s%C3%A3o-atores-chave-no-alcance-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acessado em 10/09/2023

BADIOU, Alain. **Lógicas de los mundos**. El ser y el acontecimiento, 2. Buenos Aires, Manantial, 2008.

GONÇALVES, Sérgio. O modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 2012.

GROHMANN, Rafael e Salvagni, Julice. **Trabalho por plataformas digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2023.

SALES, João Eder. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia Trab. 03: 23-34. Número I: janeiro-julho, 2010. Centro de Ensino Superior de São Gotardo.

SCHNEIDER, J. **Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável**. Otra Economía, 9(16):94-104, janeiro-junho 2015. doi: 10.4013/otra.2015.916.07

SILVA, E.; SALOMAO, I. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. uniRcoop, Vol. 1, Número 2, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242251864_PANORAMA_DO_COOPERATIVISMO_BRASILEIRO_HISTORIA_CENARIOS_E_TENDENCIAS. Acessado em: 13/09/2023.

PIRES, Maria Luiza (1999). O cooperativismo agrícola em questão. A trama de relações entre projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) Canadá. **Tese de doutorado**. Recife, UFPE, out, 1999.

PIRES, M. L.; CAVALCANTI, J.; SALETE, B. Cooperativas agrícolas e mercados globais. Estratégias competitivas e desafios. In: **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, realizado no Rio de Janeiro no período de 30 de julho a 05 de agosto, 2000.

ZEVI, A.; J. L. M. Campos (eds.) Coopératives, marchés, principes coopératifs. **Ouvertures Économiques**. Belgium, CIRIEC / De Boeck Université, 1995.



Anais de Resumos Expandidos
VI Seminário Internacional de Pesquisas
em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 6 (2024)
